



Vai a Plenário texto que impede nova meta fiscal no 2º semestre

Jonas Pereira/Agência Senado



Eunício disse que governo deve explicar ao Congresso e à população por que elevou o déficit fiscal de 2017 e 2018

Aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos, a proposta muda a Lei de Responsabilidade Fiscal e será votada agora em regime de urgência

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem projeto que proíbe o governo de alterar a meta fiscal no segundo semestre legislativo. A proposta segue para o Plenário em regime de urgência e ainda terá que ser votada na Câmara.

Ontem, também, o governo anunciou o novo rombo do Orçamento, que será de R\$ 159 bilhões em 2017 e em 2018. A proposta original era de déficit de até R\$ 139 bilhões para este ano e de R\$ 129 bilhões para o ano que vem.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, reuniu-se com líderes e discutiu a proposta do governo, que terá que ser submetida ao Congresso. Eunício afirmou que, nas várias reuniões que teve com o presidente Michel Temer e com os ministros da área econômica, deixou claro que, além de não concordar com o aumento do déficit, discorda da possibilidade de criação de impostos ou do aumento de tributos.

Senadores da oposição criticaram a nova meta de déficit fiscal. **5**

Já existe lei que regulamenta exoneração, dizem servidores

Representantes de categorias de servidores públicos se manifestaram contra projeto que prevê demissão em caso de desempenho insuficiente. Eles participaram ontem de audiência sobre a proposta que regulamenta a avaliação

do servidor público estável. O relator, Lasier Martins, defendeu o projeto que, segundo ele, instaura a meritocracia no serviço público.

Mas, para os servidores, já existem mecanismos legais para exoneração. **6**

Marcos Oliveira/Agência Senado



Lasier Martins (2º à dir.) preside debate sobre regulamentação de demissão

Roque de Sá/Agência Senado



Dário Berger (C) conduz reunião em que parlamentares tomaram a decisão

Comissão cria grupo para negociar com governo queda de vetos à LDO

Em reação à decisão do presidente Michel Temer de vetar trechos da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018 em desacordo com negociações

feitas com o Congresso, a Comissão Mista de Orçamento decidiu criar um grupo para negociar com o governo a derrubada dos vetos. **4**

Universidades estão em risco, aponta audiência **8**

CPI do BNDES analisa cronograma de trabalho **2**

Debate extra sobre julgamento de militar é rejeitado **3**

Após sabatina, comissão aprova nome para CVM **4**

Substituição de remédio biológico causa polêmica

Substituir remédio biológico por seu equivalente genérico não é tarefa simples como com remédio sintético e exige regulamentação do governo. O alerta foi dado por médicos durante

audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais. Mas representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária disse que a decisão sobre a troca é responsabilidade médica. **6**

Roque de Sá/Agência Senado



Entre os debatedores, Marta Suplicy preside audiência sobre medicamentos biológicos e sua troca por biossimilares

Reforma eleitoral da Câmara gera debate no Senado

O financiamento de campanhas eleitorais com fundo público de R\$ 3,6 bilhões é um dos pontos da proposta de reforma política que segue para o Plenário da Câmara e já provoca debate entre os senadores. Na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, o relator do projeto que institui o voto distrital misto, Antonio Anastasia, defendeu a aprovação da proposta. **7**

Plenário ratifica acordo global sobre cacau

O Plenário do Senado aprovou ontem um projeto que ratifica o Acordo Internacional do Cacau. O texto, que vai à promulgação, busca estreitar a cooperação entre os países produtores e assegurar a transparência do mercado global. A obtenção de preços justos e a produção sustentável também são objetivos do acordo. **3**

CPI sobre o BNDES vota hoje plano de trabalho

Trabalho do colegiado que investiga denúncias de irregularidades em empréstimos do banco deve ser dividido em três fases: realização de audiências, oitiva de depoentes e elaboração e votação do relatório

O PLANO DE trabalho da CPI do BNDES foi apresentado ontem pelo relator da comissão, Roberto Rocha (PSB-MA). Foi concedida vista coletiva de 24 horas para que os parlamentares analisem o documento, que será votado hoje, às 14h.

Os trabalhos da comissão parlamentar de inquérito serão divididos em três fases: a primeira, do dia 21 ao dia 31 de agosto, será para a realização de audiências públicas com especialistas. Na segunda fase, que será do dia 1º ao dia 30 de setembro, serão realizadas as oitivas apresentadas pelos membros da comissão. A terceira fase será dedicada para elaboração e votação do relatório. As reuniões da comissão serão realizadas preferencialmente às terças e quartas-feiras à tarde.

Roberto Rocha ressaltou que a programação foi elaborada após a realização de reuniões com técnicos de diversos órgãos e consultores do Senado. O relator propôs que a CPI investigue somente os fatos que forem objeto de requerimento aprovado pela comissão.

O senador explicou que os requerimentos deverão



CPI é presidida por Davi Alcolumbre e tem Roberto Rocha na relatoria

especificar se a investigação será feita diretamente pela CPI ou indiretamente, com o auxílio de outros órgãos públicos. O relator ressaltou a importância de o colegiado trabalhar com zelo no decorrer das investigações.

— Não está abrangido no escopo das investigações desta comissão o eventual cometimento de crime ou

infração em casos que não sejam “irregularidades nos empréstimos concedidos pelo BNDES no âmbito do programa de internacionalização das empresas nacionais a partir do ano de 1997” — disse o senador.

A CPI do BNDES foi instalada no Senado no dia 2 de agosto e tem 180 dias para concluir os trabalhos.

Comissão avalia MP sobre verba do Fundo Penitenciário

A comissão mista da medida provisória que disciplina a transferência de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) aos estados, municípios e Distrito Federal reúne-se novamente hoje, às 15h, para tentar votar o projeto de lei de conversão sobre a proposta (MP 781/2017).

Ontem o presidente da comissão, senador Ivo Cassol (PP-RO), concedeu vista coletiva de um dia para que os membros do colegiado possam avaliar as alterações feitas no texto da medida provisória pelo relator da pro-

posta, deputado Victor Mendes (PSD-MA), sobretudo no que diz respeito à atuação da Força Nacional de Segurança Pública.

A MP, que teve o prazo de vigência prorrogado até 3 de outubro, agiliza a transferência de recursos do Funpen aos estados, municípios e o Distrito Federal. Também acrescenta uma série de novas despesas que poderão ser custeadas com o fundo, como a manutenção de serviços penitenciários, a reinserção social de presos e políticas de redução da criminalidade.

O projeto de lei de conversão da MP estabelece que 60% dos recursos serão destinados aos fundos penitenciários dos estados e do Distrito Federal, de forma proporcional à população carcerária. Os 40% restantes serão destinados aos fundos municipais, seguindo o mesmo critério.

O relatório a ser votado na comissão mista assegura o exercício das funções de chefia e direção da Força Nacional de Segurança Pública a oficial do último posto da carreira das corporações policiais militares das unidades da Federação. O período máximo de exercício das funções de chefia e direção será de dois anos, renovável por mais um.

O projeto estabelece que militares da União que tenham passado para a inatividade há menos de cinco anos, inclusive temporários, que tenham sido admitidos e incorporados por prazo limitado para integrar quadros auxiliares ou complementares de oficiais ou praças, poderão, a critério dos entes federativos, desempenhar serviço de segurança pública nas corporações militares estaduais.



O presidente da comissão, Ivo Cassol, e o relator, deputado Victor Mendes

Paim condena atos de violência racial na cidade americana de Charlottesville

O senador Paulo Paim (PT-RS) lamentou em Plenário os atos de racismo e violência praticados por grupos de supremacistas brancos na cidade americana de Charlottesville. Paim se disse inconformado e afirmou que espera que um dia todos os

países encontrem a paz, com harmonia e solidariedade e sem racismo. O senador relatou ter visitado o Rio Grande do Sul no fim de semana e disse que a população gaúcha também está inconformada com os atos de extremismo nos Estados Unidos.

Capiberibe diz que situação dos povos indígenas hoje é pior do que há dez anos

João Capiberibe (PSB-AP) lamentou que, dez anos depois da Declaração das Nações Unidas sobre Direitos dos Povos Indígenas, os problemas agora do que antes por causa do marco temporal,



que será julgado pelo STF nesta semana. Ele disse que a bancada ruralista pediu que sejam demarcadas apenas terras ocupadas por indígenas e quilombolas desde a promulgação da Constituição, em 1988.

Fátima pede ao Supremo que defenda demarcação de terras quilombolas

Fátima Bezerra (PT-RN) previu ontem um “enorme retrocesso” nos direitos humanos e na justiça no campo caso o STF venha a o decreto que regulamenta a demarcação de terras



quilombolas. Ela pediu ao STF “sabedoria e discernimento”. A senadora também apelou aos parlamentares para que derruam os vetos presidenciais à LDO que prejudicam o Plano Nacional de Educação.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CCT Programa Espacial Brasileiro**
8h30 Audiência pública sobre o programa.
- CDR Mapa do Turismo**
8h30 Na pauta de 9 itens, o PLC 147/2015, que institui o Mapa do Turismo
- CAS Proteção ao emprego**
9h Entre os 12 itens, o PLS 274/2012, sobre proteção contra despedida sem justa causa.
- CTFC Visitas de fiscais do Trabalho**
9h O PLS 149/2014, sobre duplas visitas por fiscais do trabalho, é um dos 6 itens.
- CCJ Transporte clandestino**
10h Na pauta de 43 itens, o PLS 569/2015, que aumenta a pena por transporte clandestino de passageiros.
- CI Verba para transporte coletivo**
10h Entre os 8 itens, o PLS 11/2013, que destina recurso da Cide ao transporte coletivo.
- CDH Brinquedos adaptados**
11h Entre os 19 projetos da pauta, o PLS 382/2011, que obriga shoppings a ter brinquedos adaptados.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h A PEC 14/2016, que cria polícias penitenciárias, está na pauta do Plenário.
- CRA Defesa dos animais**
14h Audiência sobre proteção dos animais.
- CMO Créditos especiais**
14h Na pauta de 6 itens, créditos especiais.
- MP 784/2017 Banco Central e CVM**
14h A comissão da MP, sobre processo administrativo do BC e da CVM, vota plano.
- CPI DO BNDES Plano de trabalho**
14h05 A CPI vota plano de trabalho.
- VIOLENCIA CONTRA A MULHER Plano**
14h30 Apresentação do plano de trabalho.
- PARLASUL Integração latino-americana**
14h30 Audiência sobre a Unila.
- MP 780/2017 Débitos não tributários**
14h30 A comissão da MP, sobre débitos não tributários, vota relatório.
- MP 785/2017 Novo Fies**
14h30 A comissão da MP, sobre o novo Fies, vota plano de trabalho.
- MP 777/2016 Taxa de Longo Prazo**
15h A comissão da MP, sobre a Taxa de Longo Prazo, lê relatório.
- MP 781/2017 Fundo Penitenciário**
15h A comissão da MP, sobre o Funpen, vota relatório.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
• Alô Senado: 0800 612211
Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
• TV: senado.leg.br/TV

Ratificado acordo de países produtores de cacau

Projeto aprovado no Senado confirma tratado que prevê obtenção de preços justos, transparência do mercado internacional e desenvolvimento sustentável da economia cacauceira global

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem projeto de decreto legislativo que ratifica o Acordo Internacional do Cacau. O objetivo do tratado é estreitar a cooperação internacional no setor cacauceiro e assegurar a transparência do mercado internacional em prol dos produtores e dos consumidores. O projeto (PDS 46/2017) segue agora para promulgação.

Um dos pontos mais sensíveis é a obtenção de “preços justos que levem a retornos econômicos equitativos e contribuam para o desenvolvimento equilibrado da economia mundial do cacau no interesse dos membros da Organização Internacional do

Cacau”, justifica Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), relatora do projeto na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A senadora deu voto favorável à proposta.

Negociação

O Acordo Internacional do Cacau foi negociado entre 2008 e 2010, tendo a delegação brasileira participado ativamente das negociações.

Entre os objetivos, estão o funcionamento da Organização Internacional do Cacau como fórum de consulta para questões relativas ao setor cacauceiro global e a transferência de tecnologia entre os membros. Também visa à promoção do consumo e



Marcos Oliveira/Agência Senado

Plenário aprova projeto que ratifica o Acordo Internacional do Cacau, tratado de cooperação do setor cacauceiro

de uma economia cacauceira sustentável em termos econômicos, sociais e ambientais.

O texto ressalta a importância da cacauicultura para

os países produtores, sua contribuição à redução da pobreza, por meio da geração de renda, e a necessidade de transparência no comércio

mundial do produto.

O acordo terá validade de dez anos a partir da entrada em vigor e poderá ser prorrogado por mais quatro.

Rejeitado mais debate sobre julgamento de militar

O Plenário do Senado rejeitou ontem dois requerimentos para que fosse discutido em mais duas comissões o projeto que estabelece julgamento especial de militar que matar civil.

Um dos requerimentos (RQS 585/2016), de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), pedia o envio da proposta para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O outro requerimento (RQS 605/2016), do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), pedia a discussão

do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta (PLC 44/2016), que está em análise na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), determina que militares denunciados por crime doloso contra a vida de civis sejam julgados pela Justiça Militar. As regras do projeto, do deputado Espiridião Amin (PP-SC), têm validade limitada até 31 de dezembro do ano passado.

O projeto é considerado importante por integrantes do

governo por conta de possíveis atos de militares praticados durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

A Força Nacional de Segurança voltou ao Rio de Janeiro este mês, após a publicação pelo presidente Michel Temer do decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), que autoriza a atuação de tropas na segurança pública da cidade até o final de dezembro.

Os senadores contrários ao projeto temem que a medida seja um incentivo à violência policial.

Condenação de Bolsonaro é aplaudida em Plenário

Senadores elogiaram em Plenário ontem a decisão da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que manteve, por unanimidade, a condenação do deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ) pelas ofensas dirigidas à deputada Maria do Rosário (PT-RS).

A agressão ocorreu em dezembro de 2014, quando em discurso no Plenário da Câmara, Bolsonaro disse que a deputada Maria do Rosário “não merecia nem ser estuproada”. Ele foi condenado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJ-DF) em 2015 a pagar indenização de R\$ 10 mil à petista por danos morais e a se retratar publicamente.

O senador Humberto Costa (PT-PE) considerou a confirmação da sentença “um fato histórico”.

— Acho que é uma questão importante, que precisa ser comemorada por todas as mulheres, pelos movimentos feministas, pelas parlamentares — afirmou.

A senadora Lídice da Mata



Marcos Oliveira/Agência Senado

Senadores comemoram decisão do STJ, considerada por eles fato histórico

(PSB-BA) ressaltou que as mulheres não podem continuar sendo agredidas com o que considerou “ameaça criminosa”.

Para Marta Suplicy (PMDB-SP), ofensas a uma mulher, em geral, vão na linha adotada pelo deputado e, por isso, a decisão da Justiça funciona como “um farol”, mostrando que haverá reação a esse tipo de violência.

Para o líder do PT, senador Lindbergh Farias (RJ), a decisão foi uma vitória não apenas da deputada, mas de todas as mulheres, “uma derrota da

cultura do ódio”.

— Essa decisão tem que ser aplaudida por todos que defendem um mundo com fraternidade, com solidariedade, com respeito ao outro e à outra — afirmou a senadora Fátima Bezerra (PT-RN).

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que punições assim evitam que a mulher continue sujeita à violência. Já Randolfe Rodrigues (Rede-AP) afirmou que a imunidade parlamentar não pode servir para achincalhar e agredir mulheres em Plenário.

Senado aprova novo integrante do Conselho do Ministério Público

O Plenário aprovou ontem a indicação de Silvio Roberto Oliveira de Amorim Júnior para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Ele deve ocupar o cargo até 2019. Amorim Júnior atuou como procurador em Porto Velho, Maceió e Aracaju antes de chegar à Procuradoria Regional da República em Brasília, em 2013.

Durante sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), no início do mês, o procurador defendeu a atuação do Ministério Público no combate ao crime de improbidade administrativa. Na ocasião, também comentou o

tratamento dispensado pelo CNMP aos procuradores que usam as redes sociais e os meios de comunicação para divulgar o próprio trabalho.

— No ano passado, o CNMP fez recomendações sobre a forma de ação dos membros do MP em todo o Brasil quanto à comunicação social. Em 2017, a Corregedoria Nacional do CNMP emitiu outra recomendação sobre a forma de atuação nas redes sociais. É preciso sopesar dois valores fundamentais: a necessidade de publicidade da atuação do MP e a de resguardo da intimidade do investigado — disse na sabatina.

PECs da Justiça Eleitoral e da polícia penitenciária avançam em Plenário

O Plenário do Senado cumpriu ontem novas sessões de discussão de duas propostas de emendas à Constituição.

A primeira, PEC 4/2017, do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), proíbe que integrem tribunais regionais eleitorais e juntas eleitorais pessoas que tenham sido filiadas a partidos políticos nos dois anos anteriores à posse no cargo ou ao início do exercício na função. O objetivo é garantir a imparcialidade dos julgamentos.

A PEC foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no dia 2 deste mês e passou pela sua primeira sessão de discussão ontem.

Já a PEC 14/2016, do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), cumpriu sua quarta sessão de discussão.

A proposta transforma a

carreira dos agentes penitenciários em uma carreira policial, instituindo as polícias penais estaduais.

A PEC acrescenta essas polícias ao rol dos órgãos do sistema de segurança pública e determina como competência dessas novas instâncias a segurança dos estabelecimentos penais e a escolta de presos.

A intenção, além de igualar os direitos de agentes penitenciários e policiais, é liberar as polícias civis e militares das atividades de guarda e escolta de presos

Tramitação

Cada PEC precisa ser discutida por cinco sessões antes de ser votada em primeiro turno. Depois, são mais três sessões antes da votação final, em segundo turno.

Comissão de Orçamento criou colegiado em reação a decisão de Temer de desrespeitar acordo com Congresso e vetar trechos da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018

Grupo negociará com governo vetos à LDO

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) criou ontem um grupo de parlamentares para discutir com o governo a derrubada de alguns dos 67 vetos do presidente Michel Temer ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2018, sancionado na semana passada (Lei 13.473/2017).

O grupo será coordenado pelo relator da LDO, deputado Marcus Pestana (PSDB-MG), e terá mais dois deputados, dois senadores, o líder do governo no Congresso, deputado André Moura (PSC-SE), e o presidente da CMO, senador Dário Berger (PMDB-SC).

A constituição do grupo foi aprovada durante a reunião dos líderes dos partidos com assento na CMO. O encontro foi dominado por críticas ao Executivo. Os parlamentares afirmaram que pontos vetados faziam parte de um acordo que envolveu todos os partidos e permitiu a votação do relatório de Pestana sem obstrução, em julho. A avaliação foi que faltou sensibilidade política ao governo.

O discurso mais duro foi feito por Dário. Para ele, o Planalto foi arrogante.

— O governo não pode, de uma forma prepotente e arrogante, fazer o veto horizontal. Isso é inadmissível. Nenhum governo arrogante consegue sobreviver por muito tempo — reclamou.



Senador Dário Berger (C) preside reunião da comissão: críticas a vetos feitos por Temer à LDO

Dário declarou que se sentiu desrespeitado por não ter sido comunicado ou ouvido pelo Executivo sobre os vetos:

— Tomei conhecimento dos vetos pela imprensa.

Saúde e educação

Para a deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), que integrará o grupo, os vetos prejudicam políticas públicas importantes nas áreas de saúde e educação. Para ela, o governo errou:

— Não deixou de ficar um grande mal-estar, porque acordo firmado é acordo para ser cumprido.

Dorinha acrescentou que durante a reunião de ontem houve posições “extremas” de alguns parlamentares, que chegaram a propor a derrubada de todos os vetos presidenciais.

O deputado Bohn Gass (RS), que representa a bancada do PT na CMO e também integrará o grupo criado ontem, afirmou que o partido vai obstruir as votações na comissão.

— Não votaremos mais nenhuma matéria do governo até que ele oriente a derrubada dos vetos.

Gass argumentou que os vetos afetam programas de interesse da população.

Ele citou o Mais Médicos. O relatório aprovado pelo Congresso impedia o contingenciamento de recursos do programa, mas o Executivo vetou o trecho.

— Isso significa um desrespeito a esta comissão, ao Parlamento e à população.

Os vetos presidenciais atingiram diversos pontos da LDO, lei que disciplina a elaboração e a execução orçamentária.

Foi vetado, por exemplo, o artigo que reduzia o valor destinado pelas emendas de deputados e senadores a obras e serviços em seus redutos eleitorais, o dispositivo que impedia o contingenciamento de recursos do Fundo para a Criança e o Adolescente e o que incluía entre as prioridades do governo em 2018 as ações de enfrentamento à violência contra a mulher.

Também foram vetados os dispositivos que cresciam aos pisos constitucionais da saúde e da educação a taxa de crescimento populacional para 2018, elevando o montante a ser gasto nas duas áreas.

Os vetos serão analisados agora em uma sessão do Congresso, ainda não marcada. Para ser derrubado, um veto precisa do voto contrário da maioria absoluta dos deputados federais (257) e dos senadores (41).

Da Agência Câmara

Comissão aprova indicado para presidir a CVM

Indicado para presidir a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o advogado Marcelo Santos Barbosa teve seu nome aprovado por unanimidade ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A indicação será analisada agora pelo Plenário, aonde chegará em regime de urgência. Vinculada ao Ministério da Fazenda, a CVM regula e fiscaliza o mercado de capitais.

Na sabatina na CAE, o candidato foi inquirido sobre a atribuição de poder para que a CVM e o Banco Central possam firmar acordos de leniência com empresas que cometerem ilícitos contra o sistema financeiro e o mercado de capitais.

Em análise no Congresso, a medida provisória que trata do assunto (MP 786/2016) é alvo de críticas do Ministério Público, que pelo texto ficaria fora das negociações, conduzidas em sigilo.

Barbosa defendeu o sigilo, mas disse compreender as questões levantadas pelo Ministério Público, uma delas

relativa à possibilidade de invasão de sua competência para apurar ilícitos e responsabilizar os acusados.

— Entendo que há negociação entre CVM, BC e Ministério Público para que se chegue a um denominador comum. Isso é o que se deve perseguir. Mas, como princípio, o sigilo durante o transcurso das negociações tem benefício para a sociedade, inclusive para que seja negociado um acordo que gere compromissos relevantes do ente privado.

Recursos

O assunto foi provocado pelo senador Armando Monteiro (PTB-PE), relator da indicação de Barbosa. O senador observou que uma das preocupações surgidas diante do sigilo nos processos de negociação das delações seria ocorrer a não comunicação de indício de crime ao MP.

Monteiro pediu a Barbosa que avaliasse o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, órgão do Ministério

da Fazenda com atribuição de julgar os recursos contra as penalidades aplicadas pela CVM e pelo Banco Central. O motivo foi a reversão, pelo conselho, de duas recentes decisões da CVM.

Para Barbosa, é natural que vez ou outra os componentes do conselho entendam de forma diferente daquilo que entendeu o colegiado da CVM:

— É decorrência de qualquer sistema recursal.

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou a situação de empresas que têm ações em bolsa de valores no Brasil e no exterior. Há conflitos entre a CVM e o órgão regulador americano, a Securities and Exchange Commission (SEC), que vem aplicando multas muito mais elevadas e fazendo exigências que, para a senadora, chegam a ser descabidas. Como exemplo, citou a Petrobras, que gasta valores elevados para manter comissão de investigação exigida pela SEC, que passou a investigar a estatal a partir da Lava Jato.

— Isso pode minar a sobrevivência dessas empresas brasileiras e desequilibrar a sua capacidade de competição — criticou a senadora.

Barbosa disse que a CVM mantém diálogo com a SEC.

Ao senador Pedro Chaves (PSC-MS), ele adiantou que, caso tenha seu nome confirmado para comandar a CVM, atuará para proteger a instituição de ataques cibernéticos.

Avança seguro obrigatório para atleta em torneio internacional

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou projeto que garante seguro de vida e de acidentes pessoais a atletas brasileiros, profissionais ou amadores, em competições internacionais.

De Romário (Pode-RJ), o PLS 67/2015 prevê que entidades responsáveis por representar o Brasil no exterior contratem as apólices de seguro. Atualmente, a Lei Pelé garante o benefício só para profissionais.

Na justificativa, Romário destaca o alto risco associado às atividades dos esportistas em competições e treinos. Ele citou o caso de Lais Souza, que ficou tetraplégica por causa de um acidente em 2014, nos EUA, durante um treino para os Jogos Olímpicos de Inverno de Sochi.

O relator, Otto Alencar (PSD-BA), deu parecer favorável ao texto, que segue para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Vanessa critica medida provisória com nova taxa para financiamento do BNDES

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou a MP que substitui a TJLP pela TLP como índice para remunerar empréstimos do BNDES. Para ela, com a medida, a TJLP — que é mais baixa para estimular financiamento

de projetos de desenvolvimento nacional, geração de emprego e aumento da renda — se aproximará das taxas de mercado, que são mais altas. A senadora disse que há movimentação para reduzir o papel do BNDES.



Pedro Franco/Agência Senado

Acir Gurgacz comemora regularização fundiária de terras na Amazônia Legal

Acir Gurgacz (PDT-RO) disse que os interessados já podem procurar os institutos estaduais e municipais de terras para regularização fundiária das propriedades na Amazônia Legal, permitida por MP

recém-aprovada. Ele disse que publicará material didático para orientar e tornar mais rápido o processo em Rondônia.

— Com essa nova lei, vamos incentivar muito a economia do estado — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Barbosa, indicado para Comissão de Valores Mobiliários, fala em sabatina

Avança projeto de prazo para mudar meta fiscal

Aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos, o projeto que tramita em regime de urgência torna crime de responsabilidade a mudança da meta no segundo semestre

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou projeto que modifica a Lei de Responsabilidade Fiscal para impedir alterações da meta de superavit primário após o término do primeiro período da sessão legislativa. Na prática, significa proibir que se mude a meta no decorrer do segundo semestre. A proposta será analisada pelo Plenário, em regime de urgência.

Do senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), a proposição (PLS 165/2015 — Complementar) foi apresentada como resposta à alteração que o governo de Dilma Rousseff fez na meta do ano anterior, já em novembro de 2015. O tema voltou à pauta do noticiário recentemente, com a iminente mudança, pelo governo Temer,

da meta fixada para 2017.

“O planejamento de investimentos, sem que sejam alteradas as regras no final do exercício fiscal, é necessário a um país que procura ser reconhecido com um *player* internacional”, justificou o senador pernambucano no texto original.

A primeira relatora do projeto na CAE, senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), apresentou emenda substitutiva, mudando o prazo, de julho para o final do exercício financeiro (31 de dezembro). Gleisi alegou que seria adequado definir o prazo, mas apenas para impedir que governantes mexam na meta após o término do exercício. Citou o caso de seu próprio estado, onde o governador Beto Richa (PSDB)



Comissão de Assuntos Econômicos vota o projeto de lei que cria dificuldades para o governo alterar a meta fiscal

alterou a meta de 2014 no ano seguinte.

A CAE, porém, não deliberou na época, porque o projeto acabou encaminhado à então Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional,

que encerrou os trabalhos em fevereiro. A proposta retornou à CAE, onde ganhou novo relatório, de Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

Ferraço votou favoravelmente, alterando apenas a ementa,

que não explicitava o objetivo da proposta. “Permitir a livre alteração de metas significa, na prática, a inexistência de qualquer planejamento”, diz o relatório do senador. O relator lembrou que no Brasil os governos costumam estimar receitas sabendo que não se concretizarão.

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) lembrou os discursos dos adversários de Dilma em 2015, que acusavam o governo de gastar demais.

— Falavam que Dilma estava fazendo ganância e mostramos que o problema na verdade era outro. Era uma enorme frustração de receita por conta da crise econômica. Exatamente o que ocorre agora com o governo Temer.

Lindbergh também advertiu que, caso o projeto vire lei, se o presidente alterar a meta depois do primeiro semestre, vai cometer crime de responsabilidade.

O presidente da CAE, Tasso Jereissati (PSDB-CE), lembrou que a proposta ainda irá a Plenário e não foi feita para limitar a ação de um presidente específico.

Governo deverá explicar aumento do déficit, afirma Eunício

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse ontem que a equipe econômica deverá explicar ao Congresso e à população a necessidade de revisão da meta fiscal. O novo rombo foi confirmado em R\$ 159 bilhões para 2017 e 2018. A meta em vigor era de até R\$ 139 bilhões para 2017 e R\$ 129 bilhões para 2018.

Após reunião com líderes de partidos, Eunício disse que nos vários encontros que teve com o presidente da República, Michel Temer, e com ministros da equipe econômica deixou claro que, além de não concordar com o aumento do déficit, discorda da criação de impostos ou do aumento da tributação para pessoas físicas.

A pedido do presidente do Senado, o ministro do Pla-

nejamento, Dyogo Oliveira, apresentou diversas planilhas para explicar as dificuldades econômicas do governo e justificar a necessidade de aumento do déficit.

— Se for inevitável, teremos de fazer o menor possível — afirmou Eunício antes do anúncio.

O presidente do Senado também criticou o Programa Especial de Regularização Tributária (Refis). “Não é razoável que se faça um Refis a cada seis meses”.

Os senadores Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Lindbergh Farias (PT-RJ), que também participaram da reunião de líderes, criticaram a possível mudança na meta fiscal.

Para Lindbergh, o governo está desmoralizando os argumentos usados contra a presi-

dente Dilma Rousseff durante o processo de impeachment. O senador disse, no entanto, que a oposição aceita discutir o assunto, mas não pretende “dar um cheque em branco para Temer”.

Pauta de votações

Caiado criticou a pauta de votações do Senado, que, segundo ele, deveria dar mais atenção aos anseios da sociedade e discutir e votar temas como segurança pública e reforma política.

— Precisamos de uma pauta compatível com o momento. O Senado Federal não é uma Casa só para sabatar autoridades, o Senado é muito maior que isso. Estamos totalmente divorciados da realidade, daquilo que passa o país.

Meirelles falará sobre Mapa da Fome e vetos à LDO

O ministro da Fazenda, Henrique Meireles, foi convidado para audiência pública na CAE, em data a ser definida. Em pauta, três assuntos: uma possível volta do Brasil ao Mapa da Fome, os vetos do presidente Temer à Lei de Diretrizes Orçamentárias e as mudanças na meta fiscal.

O requerimento foi aprovado ontem. A comissão já havia aprovado pedido para que o ministro falasse sobre as providências para evitar o empobrecimento da população e o crescimento do número de pessoas que passam fome no país. Vanessa Grazziotin (PCdoB) conseguiu ampliar o requerimento para incluir os outros temas.

Lindbergh: mudar meta vale se for para investir

Lindbergh Farias (PT-RJ) criticou ontem, em Plenário, a intenção de o governo alterar a meta fiscal de 2017, prevista para R\$ 139 bilhões. O déficit nas contas públicas pode superar R\$ 156 bilhões, segundo a Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado.

— É um ajuste fiscal enlouquecido, que está parando o país. Num momento como este tem que fazer política fiscal anticíclica, aumentar investimentos públicos para recuperar a economia. Nada temos contra alterar a meta, se fosse para as universidades públicas voltarem a funcionar.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Regina, vetos à LDO prejudicam saúde e educação

Os vetos da Presidência da República à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) mostram que a decisão de congelar, por emenda constitucional (EC 95/2016), os gastos públicos por 20 anos prejudicou áreas como a educação e a saúde, afirmou Regina Sousa (PT-PI).

A senadora citou que os vetos atingem o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Plano Brasil aem Miséria, a implantação do Acordo de Paris sobre o Clima, as metas do Plano Nacional de Educação, medidas de conclusão de obras e ações de combate ao racismo e à violência contra a mulher.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Humberto acusa Temer de comprar votos de deputados

Enquanto não falta dinheiro para o governo comprar deputados federais que livraram o presidente Michel Temer de responder a denúncia no Supremo, milhares de brasileiros sofrem com o corte de verbas para programas sociais, afirmou Humberto Costa (PT-PE).

O senador disse que o governo fechou 400 unidades do Farmácia Popular e descredenciou 1.500, desfigurou o Fies e o ProUni e cortou 45% das verbas de universidades federais.

— E foram 543 mil famílias desligadas do Bolsa Família, quando há mais de 14 milhões de desempregados no país.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Lídice condena corte de verba para ensino e ciência

Lídice da Mata (PSB-BA) criticou o que classificou como retrocessos do governo de Michel Temer na educação. O ato mais recente, disse, foi o veto do presidente, na LDO de 2018, à prioridade para as metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

A senadora lembrou que, quando foi aprovada a PEC que congelou os gastos públicos por até 20 anos, o governo garantiu que não seriam retirados recursos da educação. Lídice também condenou a diminuição dos recursos para ciência e tecnologia, o que, para ela, vai no sentido oposto do que tinha sido prometido.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ângela reprova vetos do presidente Temer à LDO

Ângela Portela (PDT-RR) classificou os vetos presidenciais à LDO como ataques do governo à educação. Ela salientou a importância do Plano Nacional de Educação e avaliou que os cortes no setor resultarão em retrocesso sem precedentes e destruição de conquistas de milhões de pessoas.

Segundo a senadora, os vetos atingirão Roraima, que recebe um intenso fluxo de refugiados da Venezuela.

— A receita do governo ilegítimo para equilibrar as contas todos sabemos: é cortar direitos do povo em vez de mexer no sistema financeiro.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Demissão de servidor estável gera polêmica

Audiência debateu projeto que prevê que funcionário seja avaliado e possa perder cargo em caso de desempenho insuficiente. Relator defendeu proposta, criticada por sindicato

O PROJETO QUE regulamenta a avaliação do servidor público estável, prevendo a perda do cargo em caso de desempenho insuficiente, foi defendido ontem por Lasier Martins (PSD-RS), em audiência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O senador é o relator, na CCJ, da proposta, que foi criticada por representantes dos servidores.

— O Brasil está querendo entrar numa nova época, de meritocracia, de responsabilidade, a exemplo dos países adiantados. Uma lei como essa vem a favor. Será destinada apenas para os funcionários acomodados, os eventualmente negligentes. Os bons funcionários não terão que se preocupar — disse Lasier.

O objetivo do PLS 116/2017, de Maria do Carmo Alves (DEM-SE), é regulamentar inciso do artigo 41 da Constituição, que prevê as hipóteses de perda do cargo do servidor estável. O projeto estabelece para todo o serviço público um sistema



Relator, Lasier (3º à esq.) defendeu texto, que não teve apoio de Rogério Expedito (E), Adriana Faria e Petrus Elesbão

de avaliação de desempenho. Pela proposta, o servidor será avaliado semestralmente pela chefia imediata.

O servidor que não atingir um patamar mínimo num determinado número de avaliações seria exonerado. Lasier disse que deverá propor avaliação anual e feita por uma comissão específica.

Os representantes dos servidores alegaram que já existem mecanismos legais para exoneração na Lei 8.112/1990.

Cordenadora jurídico-parlamentar da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe), Adriana Faria argumentou que o projeto é inconstitucional por vício de iniciativa.

Cortina de fumaça

Segundo o artigo 61 da Constituição, são de iniciativa privativa do presidente da República as leis que dispõem sobre o regime jurídico

dos servidores da União. Para Adriana, os ataques ao serviço público são uma “cortina de fumaça” para esconder as verdadeiras causas da crise fiscal.

— Pintam um cenário falacioso para discutir estabilidade. Vamos falar de onde verdadeiramente vem a ineficiência do serviço público: de cargos comissionados ocupados por apadrinhados políticos incompetentes e do loteamento de cargos públicos, que transforma o

Congresso num verdadeiro balcão de negócios.

Também contrário ao projeto, o presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), Petrus Elesbão, propôs que se incluía na comissão avaliadora de desempenho um representante sindical:

— Muitas vezes há um boicote ao desempenho das tarefas. O chefe pode dizer: “Ou você faz isso ou na avaliação vou detonar você” — alertou.

O diretor de Assuntos Jurídico-Parlamentares e de Classe da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal, Rogério Antonio Expedito, disse que os campeões de reclamações nas entidades de defesa do consumidor não são órgãos públicos, e sim empresas privadas:

— Os órgãos públicos têm ouvidorias. As queixas são muito menores que nas empresas que foram privatizadas.

Uso de remédio biológico genérico exige cautela, dizem médicos

A troca de medicamentos biológicos por similares genéricos foi o tema da audiência pública promovida ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O objetivo da audiência, realizada a pedido de Ana Amélia (PP-RS), foi discutir a possibilidade de trocar esses medicamentos de modo seguro e eficaz, a custo mais acessível para os pacientes.

Nos últimos 30 anos, os medicamentos biológicos revolucionaram o tratamento de câncer, diabetes, artrite reumatoide e esclerose múltipla. Enquanto os medicamentos sintéticos são criados por manipulação de substâncias químicas em laboratório, os biológicos são produzidos a partir de células vivas e são mais frequentes na forma injetável.

Para os remédios sintéticos, existem cópias idênticas, conhecidas como genéricas, que podem ser automaticamente trocadas. Já as cópias dos produtos biológicos, cha-

madas biossimilares, não são totalmente idênticas. Devido à complexidade das moléculas e das doenças, os riscos associados a esses medicamentos são maiores. Por isso, a troca e até a substituição devem ser cuidadosamente estudadas.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) deixou a decisão sobre a troca para os médicos e para o Ministério da Saúde. Gerente-geral de Medicamentos e Produtos Biológicos da Agência, Varley Sousa disse que a classificação de um medicamento como similar não o torna automaticamente cambiável.

Ele também lembrou que muitos países realizam consultas públicas sobre a aprovação de produtos biológicos novos. A agência reguladora norte-americana (FDA), por exemplo, não tem nenhum medicamento intercambiável.

Como são poucos os produtos biossimilares registrados, a Anvisa recomenda que, além

de provas em laboratório, haja acompanhamento do paciente após troca ou substituição.

— É importante que haja um sistema de fármaco-vigilância que envolva médicos, pacientes, agência e empresas para notificação e identificação do perfil desses produtos, o quanto eles são similares.

Regulamentação

Representante da Associação Médica Brasileira (AMB), Valdair Pinto discordou do posicionamento da Anvisa. Segundo ele, em princípio, os biossimilares não são intercambiáveis e exigem provas clínicas adicionais para serem usados sem prejuízo do tratamento dos pacientes. Por isso, enfatizou a necessidade de regulamentação.

— O médico tem poder e autoridade para trocar a medicação de qualquer paciente, mas ele não tem poder nem autoridade para decidir que produto farmacêutico vai



Marta Suplicy preside reunião sobre a intercambialidade entre medicamentos

constar nas listas das instituições de saúde. Deixar por conta do Ministério da Saúde também não pode, porque ele está muito orientado para a questão econômica. A gente quer a regulamentação da intercambialidade — defendeu.

Conselheiro científico da Bioered Brasil, Valderilio Azevedo entende que os médicos precisam ser esclarecidos:

— Todas as entidades apoiam a introdução de biossimilares no mercado, desde que haja regras muito claras e, para haver substituição automática, que essas cópias sejam

no mínimo intercambiáveis.

Ivan Zimmermann, da Comissão de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (SUS), destacou a equação custo-efetividade, que é levada em conta na definição do recurso investido.

A comissão tem prazo de 180 dias para avaliar a nova tecnologia, buscar redução de custos e priorizar os pacientes mais graves.

— A ampliação do acesso tem benefícios enormes para a população e para a produção do complexo industrial em saúde do Brasil — avaliou.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário:
 Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,
 Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Reforma eleitoral já tem repercussão no Senado

Projetos tramitam na Câmara dos Deputados, mas, para valerem para as eleições em 2018, devem ser votados nas duas Casas legislativas até o início de outubro

FUNDO PÚBLICO NO valor de R\$ 3,6 bilhões, mandato de dez anos para membros dos tribunais superiores e sistema distrital de voto são alguns dos pontos da proposta de reforma política aprovada ontem em comissão especial da Câmara. A proposta (PEC 77/2003) segue agora para o Plenário daquela Casa.

A reforma ainda não chegou ao Senado, mas já movimentou os senadores porque, para passar a valer nas eleições

de 2018, o projeto precisa ser aprovado pela Câmara e pelo Senado até o início de outubro. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse apoiar o voto distrital misto. No entanto, a Justiça Eleitoral afirmou não ter condições de implementar esse modelo para 2018.

Segundo Eunício, o Congresso deve aprovar o voto distrital, o distritão, apenas para as eleições do ano que vem, prevendo o modelo distrital misto para as eleições seguintes.

No modelo distrital misto, o eleitor vota duas vezes, por exemplo, para deputado federal: nos candidatos do seu distrito e em uma lista fechada de candidatos estabelecida pelos partidos. Já no distritão, sai o modelo proporcional e entra o modelo majoritário para os cargos do Legislativo. A eleição para deputado será como a disputa para senador, sem o peso do voto partidário.

Já o Fundo Partidário será fonte de recursos para o finan-

ciamento das eleições. Pelo texto aprovado na comissão especial da Câmara, o fundo eleitoral terá 0,5% das receitas correntes líquidas do Orçamento — o que daria cerca de R\$ 3,6 bilhões. O fundo viria para substituir o financiamento privado, proibido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) desde 2015.

Para Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o distritão pode elitizar a eleição, diminuindo o caráter democrático da disputa.

Para Jorge Viana (PT-AC), o distritão pode tornar as eleições ainda mais caras.

— Mais dinheiro para alimentar a corrupção.

Segundo Renan Calheiros (PMDB-AL), o financiamento público eleitoral não faz sentido neste momento de recursos públicos escassos. Ele propõe um sistema misto, com financiamento privado e público, e fiscalização mais rigorosa.

Corrupção

José Pimentel (PT-CE), porém, diz que as doações de empresas terminam saindo mais caras para a sociedade, por conta da possibilidade de corrupção. Ele sugere que os recursos para o fundo público saiam das emendas parlamentares. Assim, os valores seriam apenas transferidos dentro do orçamento, sem a criação de novas despesas.

Aécio Neves (PSDB-MG) também sugere o uso dos recursos das emendas parlamentares para compor o fundo eleitoral. Para o senador, se não houver financiamento público e privado, os eleitores terão dificuldade até mesmo para conhecer os candidatos.

— Democracia tem um custo e vamos buscar esses recursos dentro do próprio processo político.

Segundo Eunício, o novo fundo eleitoral deve ter recursos próprios, e não retirar dinheiro de áreas sociais.

— Defendo que o fundo não retire dinheiro da saúde, nem da segurança pública, nem da educação. Já temos recursos próprios do sistema político.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que a forma de eleição e a criação do fundo são questões fundamentais. Para Lúcia Vânia (PSB-GO), a reforma política é a “rainha das reformas” e, por meio dela, “o país vai entrar no eixo”.

De olho em 2018

Na visão de José Medeiros (PSD-MT), será difícil conseguir mudanças substanciais, pois os parlamentares já estão de olho nas eleições de 2018.

Já Alvaro Dias (Pode-PR) disse que não há “nenhuma reforma política em curso, mas apenas um trabalho para instituir o fundo eleitoral”.

Regina Sousa (PT-PI) lamentou que as reformas da Câmara e do Senado “nunca se encontrem”. Para ela, o distrital misto permitiria o fortalecimento dos partidos sem impedir a escolha pessoal do eleitor.

— Depois do financiamento privado de campanha foi que tudo degingolou, com o caixa dois, caixa três.

Relator sugere aprovação do projeto que institui o voto distrital misto

O relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do projeto que institui o voto distrital misto nas eleições proporcionais (vereadores e deputados estadual, distrital e federal), Antonio Anastasia (PSDB-MG), apresentou voto pela aprovação da mudança.

A proposta (PLS 86/2017), de José Serra (PSDB-SP), altera a Lei Eleitoral (Lei 9.504/1997) e tramita em caráter terminativo na CCJ. Se aprovado, será enviado à Câmara, a menos que haja recurso para análise no Plenário.

Serra explica, na justificativa, que o sistema distrital misto combina o voto proporcional com o distrital. Assim, cada partido passará a registrar um candidato e seu suplente por distrito eleitoral nos pleitos para as câmaras municipais, assembleias legislativas, Câmara Legislativa do DF e Câmara dos Deputados.

Dois votos

O eleitor votará duas vezes: no candidato do seu distrito e no partido de sua preferência. Os candidatos mais votados preencherão 50% das vagas em disputa. A outra metade será preenchida pelos partidos, proporcionalmente ao número de votos que receberem, a partir de uma lista previamente definida e conhecida do eleitor. A intenção é que essa distribuição de vagas pelos partidos retrate fielmente a proporção de votos do eleitorado.



Anastasia, relator, e Serra, autor do projeto que altera o preenchimento de vagas em eleições proporcionais

“O chamado sistema distrital misto é, assim, um sistema que reúne as virtudes do sistema proporcional e do voto distrital unipessoal e dá às agremiações uma representação parlamentar próxima do percentual de eleitores que detêm”, observa Anastasia no seu voto.

Distritos

A proposta delega à Justiça Eleitoral a missão de definir os distritos. O número deles deverá corresponder à metade do número de cadeiras das respectivas Casas legislativas, arredondando-se para baixo as frações. Um estado com nove vagas de deputado federal, por exemplo, seria dividido em quatro distritos.

Outro parâmetro para a definição dos distritos será contiguidade geográfica. Para

Anastasia, a delegação de competência para a Justiça Eleitoral fixar os limites dos distritos reduz a possibilidade de os partidos se envolverem nessa questão “para obter ganhos eleitorais”.

Quanto à distribuição de vagas nas respectivas Casas legislativas, serão preenchidas, primeiramente, as destinadas aos candidatos mais votados.

As vagas remanescentes serão distribuídas entre os partidos, proporcionalmente ao número de votos que receberem. A cada cadeira, o candidato mais bem posicionado do partido ao qual foi atribuída a vaga será contemplado.

Mais partidos

Anastasia observa ainda que o projeto extingue o quociente eleitoral (resultado da divisão

do número de votos válidos pelo número de cadeiras da em disputa). Com isso, será possível que todos os partidos entrem na disputa por vagas no Legislativo.

Custos

Outra vantagem assinalada pelo relator é a redução dos custos eleitorais que o sistema distrital misto proporciona.

“Diferentemente do que ocorre hoje no Brasil, as áreas de disputa são menores e o diálogo do candidato com o eleitor é facilitado, não só pela menor área de abrangência, mas pela redução do número de candidatos. Enfim, o novo sistema efetivamente permitirá que o Parlamento passe a refletir melhor as preferências e as demandas de caráter geral”, aposta o relator.

Ana Amélia é contra fundo para financiar campanhas com dinheiro público

A reação contrária da sociedade ao projeto que prevê a criação de um fundo para financiar campanhas eleitorais com dinheiro público foi considerada natural por Ana Amélia (PP-RS).

A senadora disse que o cidadão não pode concordar que R\$ 3,6 bilhões sejam usa-



Waldemir Bonetto/Agência Senado

dos para pagar campanhas, como prevê a proposta que tramita na Câmara, enquanto os serviços públicos sofrem com a falta de recursos. Para ela, no entanto, a tese do financiamento público é até aceitável, diante dos escândalos envolvendo doações de empresas.

Jorge Viana registra retirada de seu nome dos inquéritos da Operação Lava Jato

Jorge Viana (PT-AC) manifestou satisfação por ter seu nome retirado dos inquéritos da Lava Jato. Segundo ele, o ministro Edson Fachin, do STF, retirou seu nome e o do governador do Acre, Tião Viana, a pedido do Ministério Público. O senador frisou que não foi encontrada



Waldemir Bonetto/Agência Senado

conexão com o esquema da Petrobras.

Viana comentou a indignação da população com a classe política e classificou como equivocada a proposta de reforma eleitoral:

— Lamentavelmente, a proposta que tentam fazer é no sentido de gastar mais.

Para reitor, MP do Fies pode causar fim da Unila

Emenda que desmembra instituição voltada à América Latina foi criticada em debate que revelou o risco de as universidades entrarem em colapso devido a cortes no orçamento

UMA EMENDA DO deputado Sergio Souza (PMDB-PR) à medida provisória que reformula o Fundo de Financiamento Estudantil para o ensino superior (Fies), pode acabar com a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), denunciaram participantes de uma audiência ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

A emenda do deputado desmembra a Unila, sediada em Foz do Iguaçu (PR), transformando-a em Universidade Federal do Oeste do Paraná (UFOPR), o que foge à ideia original de integração latino-americana proposta em seu projeto original.

Em sua justificativa, Sergio Souza afirma que a criação da UFOPR é fator essencial para o desenvolvimento da região e que, neste momento, a Unila “funciona aquém do potencial para o qual foi concebida.”

Segundo o reitor da Unila, Gustavo Oliveira Vieira, o parlamentar não discutiu a proposta com a comunidade acadêmica e nem com a população local.

A Unila foi criada em 2010, no segundo mandato do presidente Lula, e tem no seu projeto original o propósito de promover uma “nova geopolítica do conhecimento” sob a perspectiva latino-americana, integrando os países da região por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Para isso, a



Presidida por Paim (C), audiência na Comissão de Direitos Humanos ouve reitores da Unila e da Unilab, representantes de institutos e do Ministério da Educação

universidade destina metade de suas vagas a brasileiros e as demais a estrangeiros.

Hoje, a Unila conta com 3.500 alunos do Brasil e dos outros 19 países da América Latina, em 22 cursos de bacharelado, em áreas de interesse comum, sempre com foco para o intercâmbio cultural e o desenvolvimento e integração regionais.

Corte de verbas

Além da ameaça de extinção por meio da emenda, a Unila e outras universidades públicas correm o risco de entrar em colapso em razão dos contingenciamentos do orçamento para a educação, segundo Edson Borges, pró-reitor de relações Institucionais da

Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

Auxílio

De acordo com ele, a instituição está sem verbas para dar auxílios a estudantes estrangeiros, principalmente de países africanos de língua portuguesa.

— Fazer a cooperação com esses países é fundamental. O custo que essas universidades têm não deve ser avaliado apenas pelo custo em dinheiro, mas como um valor estratégico para o Brasil na geografia do conhecimento.

Para o presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), Eblin Joseph Fa-

rage, todas as universidades e institutos federais estão sofrendo com a falta de verbas.

Representantes do Ministério da Educação admitiram que a pasta enfrenta um grande desafio ao ter que lidar com menos dinheiro, mas tem se esforçado para garantir o funcionamento adequado das universidades.

Execução

— Temos que equacionar em alguns momentos algo que se deseja e que nem sempre é possível com o orçamento que é posto. Tentamos chegar ao melhor denominador do que é possível — disse Geraldo de Oliveira, diretor de Articulação e Expansão de Educação Profissional e Tecnológica do ministério.

O diretor da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior do Ministério da Educação, Mauro Rabelo, disse que a pasta tem buscado garantir a execução total do orçamento.

— O ministro Mendonça Filho é um defensor das universidades públicas. Temos trabalhado para garantir as condições de funcionamento das universidades — sustentou.

Segundo a senadora Fátima Bezerra (PT-RN), o discurso do governo não condiz com a realidade. Ela relatou casos de universidades que não têm dinheiro para pagar bolsas e mesmo as contas de energia e água:

— As universidades e institutos federais estão em situação de penúria — criticou.

Trecho de rodovia federal em Minas poderá ter nome de prefeito

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 53/2017, que denomina Rodovia Antônio Carlos Mariani o trecho da BR-265 entre a cidade de Lavras (MG) e o entroncamento com a BR-381 (Rodovia Fernão Dias). A proposta vai para o Plenário.

Antônio Carlos Mariani (1931-2015), conhecido como Toninho Mariani, foi prefeito de Lavras em 1983. Atuou como engraxate, balconista, motorista, comerciante e empresário da construção civil e do setor imobiliário.

De acordo com o autor do projeto, deputado Mauro Lopes (PMDB-MG), a atuação de Mariani “sempre foi em prol do desenvolvimento econômico e social da comunidade, com dedicação ao trabalho e à promoção da qualidade de vida na região em que vivia.”

O relator do texto, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), afirmou que o ex-prefeito era um líder com grande capacidade de trabalho e empreendeu grandes ações em Lavras

e que, por isso, a homenagem é justa.

Idosos

Ainda na reunião de ontem, a CE rejeitou uma emenda que retiraria do PLS 651/2011 a garantia do uso de espaços e de equipamentos apropriados e a presença de profissionais da saúde e da educação para prestação do atendimento aos idosos em atividades recreativas, culturais e esportivas.

A proposta agora vai para a Comissão de Direitos Humanos (CDH). O projeto foi

originalmente aprovado na CDH em 2015 em decisão terminativa (sem necessidade de ir para o Plenário), mas foi encaminhado ao Plenário atendendo a um requerimento de um décimo dos senadores.

Como no Plenário recebeu uma emenda da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o texto voltou para a análise das comissões. O relator, senador Pedro Chaves (PSC-MS), afirmou que a alteração proposta por Vanessa prejudicaria o teor do projeto.

— É necessário deixar claro

o modo como as políticas públicas que viabilizarão esse atendimento se concretizarão, explicitando que é preciso garantir os espaços, os equipamentos e os profissionais necessários.

Educação

O projeto original determina que a Educação de Jovens e Adultos (EJA, o antigo supletivo) também beneficiará os idosos, com a colaboração entre os sistemas de ensino. Pelo texto, o acesso do idoso à educação levará em conta sua peculiar condição de idade e suas necessidades de cuidado com a saúde e o corpo.

A União, em parceria com estados e municípios, deverá promover programas interseoriais nas áreas de educação, cultura, saúde e assistência social, assegurando-se “o cuidado com o corpo, mediante concurso de espaços e equipamentos apropriados e presença obrigatória de profissionais da saúde e de educação”. É esse ponto que a emenda pretendia alterar.



Chaves, relator de texto sobre idosos, conduz reunião da Comissão de Educação

Audiência debate hoje cobrança de bagagens em viagens de avião

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) debaterá hoje a nova política de cobrança de bagagens no transporte aéreo.

A audiência, solicitada pela vice-presidente da CDR, Lídice da Mata (PSB-BA), deve ouvir o diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), José Queiroz; o presidente da Associação Brasileira de Empresas Aéreas, Eduardo Sanovicz; e o secretário Nacional de Defesa do Consumidor, Arthur Rollo.

A Anac publicou a Resolução 400/2016, que autorizou as empresas aéreas a cobrarem pelo despacho, sob a justificativa de redução do preço das passagens. O Senado aprovou o projeto de decreto legislativo de Humberto Costa (PT-PE), para sustar a decisão. Falta agora o PDS 89/2016 ser votado na Câmara.